

RESUMO - EIXO TEMÁTICO 3 - PAISAGEM CULTURAL E ÁGUA -
PAISAGENS RIBEIRINHAS, FLUVIAIS E COSTEIRAS / FRENTES D'ÁGUA
URBANAS, PORTOS HISTÓRICOS, MANGUEZAIS E DELTAS CULTURAIS /
BACIAS HIDROGRÁFICAS COMO UNIDADES DE GESTÃO CULTURAL /
TERMALISMO E ESTÂNCIAS HIDROMINERAIS / ÁGUA, CIDADE E
PLANEJAMENTO / PATRIMÔNIOS HIDRÁULICOS E INFRAESTRUTURAS
DA ÁGUA / SABERES TRADICIONAIS E COSMOLOGIAS DAS ÁGUAS /
CULTURA ALIMENTAR E ÁGUA / MUDANÇAS CLIMÁTICAS / TURISMO E
ROTAS CULTURAIS DA ÁGUA / PAISAGEM E CIDADES BALNEÁRIO.

**ÁGUA, MEMÓRIA E GESTÃO: A PAISAGEM CULTURAL DO RIO SÃO
FRANCISCO COMO MATRIZ ECOLÓGICA E SIMBÓLICA PARA A
CIDADANIA PAISAGÍSTICA (2015-2025)**

Luis Gustavo Molinari Mundim (luismolinari@gmail.com)

A presente proposta analisa a Paisagem Cultural do Rio São Francisco, no trecho mineiro entre Pirapora e Manga, sob a ótica da indissociabilidade entre a identificação participativa e a eficácia das políticas públicas de preservação. O ponto de partida é o "Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco", realizado pelo IEPHA-MG entre 2012 e 2015, um marco metodológico que reconheceu o "Velho Chico" como uma rota cultural e, fundamentalmente, como uma matriz ecológica e simbólica de referências fundamentais para comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas e vazanteiros.

A metodologia do estudo destaca a aplicação do conceito de Referências Culturais e o uso inovador dos "Mapas de Percepção". Esta ferramenta permitiu transpor a visão puramente técnica e monumentalista para uma cartografia social dos afetos e usos simbólicos da água. Ao priorizar a escuta qualificada, o inventário não apenas documentou bens, mas revelou a complexa teia de significados que conecta os habitantes ao rio, estabelecendo as bases para o que definimos como cidadania paisagística: o direito das comunidades de reconhecer, gerir e proteger o seu próprio território cultural.

Mais do que um diagnóstico estático, o inventário consolidou-se como um instrumento de planeamento estratégico para a salvaguarda. Seguindo as suas recomendações, o IEPHA-MG implementou ações de proteção direta que transformaram o panorama da calha mineira do rio. No campo do património material, destacam-se os tombamentos da Escola de Aprendizes de Marinheiros (Buritizeiro) — símbolo da memória educativa e logística fluvial — e do Centro Histórico de Januária. No campo imaterial, as diretrizes do inventário impulsionaram o reconhecimento de saberes integrados aos registos estaduais das Violas, das Folias de Minas e da Cozinha Mineira, com destaque para os sistemas produtivos das farinhas de milho e de mandioca, que dialogam diretamente com a agricultura de vazante e a segurança alimentar.

Transcorridos dez anos da conclusão do inventário, este trabalho realiza uma análise longitudinal (2015-2025) do impacto destas ações no âmbito do programa "ICMS Património Cultural". Através de um estudo comparativo, observam-se os indicadores de desempenho dos 17 municípios da calha mineira, analisando como a incorporação das diretrizes do inventário nos planos locais de gestão refletiu numa maior pontuação e na ampliação do repasse de recursos. A comunicação demonstra que a articulação entre o saber tradicional e a política redistributiva do ICMS fortalece a governação territorial e a sustentabilidade do património.

A bacia hidrográfica do São Francisco exige modelos de gestão transversais que integrem a salvaguarda de bens materiais e imateriais ao desenvolvimento sustentável. Ao reafirmar a água como unidade de gestão cultural e política, o trabalho propõe que a preservação da paisagem é um exercício contínuo de

cidadania paisagística, garantindo que o património seja memória viva e recurso ativo para a dignidade das comunidades tradicionais mineiras no contexto ibero-americano.

Palavras-chave: rio são francisco; paisagem cultural; inventário participativo; icms patrimônio cultural; políticas públicas.